



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 9, v. I | maio.-out. 2018

p. 136-160.

# O Escola Sem Partido e o ódio aos professores que formam crianças (des)viadas

Fernanda Pereira de Moura<sup>1</sup>

Diogo da Costa Salles<sup>2</sup>

**RESUMO:** Propomos uma análise do Movimento Escola Sem Partido, sua relação com discursos e movimentos políticos de caráter conservador e fundamentalista religioso e as formas como esse movimento mobiliza uma série de discursos e práticas que tem como objetivo desqualificar os debates e as teorias de gênero. Paralelamente a isso, buscamos inserir o debate sobre o Escola Sem Partido dentro de uma discussão maior sobre os ataques promovidos por grupos políticos conservadores não só no nível da educação, mas no âmbito social como um todo. Tendo em vista os casos recentes de censura às exposições artísticas como o Queermuseu, consideramos que os discursos de grupos como Movimento Brasil Livre, Escola Sem Partido, renovação carismática católica e evangélicos neopentecostais fazem parte de uma frente ampla que busca impor um projeto de sociedade pautado na marginalização e opressão a grupos vulneráveis como LGBTs, mulheres e pessoas negras.

**PALAVRAS-CHAVE:** conservadorismo; ideologia de gênero; Escola Sem Partido; fundamentalismo religioso.

**Abstract:** we will analyses the Party-free Education Movement and its relation with conservatism and religious extremist discourses and political movements. Also, we will look into the ways in which the movement tries to undermine the debates surrounding gender theory and gender studies. We shall see how the Party-free Education Movement is part of a much larger discussion about the recent attacks headed by conservatism groups not only on the field of education, but on the social field as a whole. Considering the recent cases of censorship on art events like the Queermuseu, is our opinion that discourses of groups such as the Party-free Education Movement, the catholic charismatic renewal and neo-pentecostals are part of a common structure whose goal is to impose a model of society based on the segregation and oppression of vulnerable groups such as LGBT's, women and people of color.

**Keywords:** conservatism; gender ideology; Party-free Education; religious fundamentalism.

**Resumén:** Proponemos un análisis del Movimiento Escuela Sin Partido, su relación con discursos y movimientos políticos de carácter conservador y fundamentalista religioso y las formas como ese movimiento moviliza una serie de discursos y prácticas que tienen como objetivo descalificar los debates y las teorías de género. Paralelamente a eso, buscamos insertar el debate sobre la Escuela Sin Partido dentro de una discusión mayor sobre los ataques promovidos por grupos políticos conservadores no sólo en el nivel de la educación, sino en el ámbito social como un todo. En cuanto a los casos recientes de censura a exposiciones artísticas como el Queermuseu, consideramos que los discursos de grupos como Movimiento Brasil Libre, Escuela sin Partido, renovación carismática católica y evangélicos neopentecostales forman parte de una frente amplia que busca imponer un proyecto de sociedad pautado en la marginación y opresión a grupos vulnerables como LGBTs, mujeres y personas negras.

**Palabras clave:** conservadurismo; Ideología de Género; Escuela sin Partido; Fundamentalismo Religioso.

<sup>1</sup> Mestra em Ensino de História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, especialista em Gênero e Sexualidade e graduada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. E-mail: fernandapmoura@gmail.com

<sup>2</sup> Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal Fluminense. Mestrando do Programa de História Social do Território da Faculdade de Formação de Professores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. E-mail: diogocsalles@gmail.com

Recebido em 26/02/18

Aceito em 26/03/18

“Nós, LGBT, já fomos crianças e isso incomoda.”

Bia Leite

## Introdução

O principal objetivo deste texto é mostrar como o discurso de ódio contra os professores se fundamenta principalmente na falácia de que estes estariam transformando seus alunos em gays e lésbicas. O pânico moral<sup>3</sup> despertado em pais e mães, principalmente cristãos conservadores, por esse discurso é a principal arma do Movimento Escola Sem Partido (MESP). Identificamos em iniciativas como essa a imposição de pautas morais através dos debates sobre a educação brasileira. Porém, destacamos também que, muito mais do que a defesa de concepções e métodos pedagógicos específicos, o MESP pretende reivindicar um projeto mais amplo de sociedade. As discussões em torno da atuação dos professores e das relações de ensino-aprendizagem muitas vezes servem como ponto de partida que permite ao movimento se projetar nos espaços de disputa política dos mais variados.

Um caso que serve para ilustrar a maleabilidade do discurso do MESP e a maneira como o movimento tira proveito disso para se alimentar da polarização em torno de certos temas são as polêmicas envolvendo a exposição artística “Queermuseu - cartografias da diferença na arte brasileira”. A mostra, promovida pelo Santander Cultural de Porto Alegre (RS) tornou-se alvo das atenções da opinião pública devido à forte reação gerada pelas obras artísticas lá expostas, que lidavam com temas como representação LGBT. Grupos conservadores, com destaque para o Movimento Brasil Livre (MBL), tiveram amplo protagonismo nas condenações à exposição, inclusive levando ao seu cancelamento<sup>4</sup>. Um dos casos mais emblemáticos acabou sendo o da coleção “Criança Viada”, da artista Bia Leite, cuja campanha online do MBL contra a exposição acusou-a de promover apologia à pedofilia<sup>5</sup>.

<sup>3</sup> Pânico Moral é um conceito cunhado por Stanley Cohen (1972) para definir a reação de um grupo de pessoas baseada na percepção falsa ou empolada de que o comportamento de um determinado grupo, normalmente uma minoria ou uma subcultura, é perigoso e representa uma ameaça para a sociedade no seu todo.

<sup>4</sup> Apesar da exposição estar aberta desde agosto de 2017, foi só em setembro que a campanha do MBL começou, com a divulgação de um vídeo “expondo” as obras de caráter supostamente pornográfico e de incentivo à pedofilia. Mais informações disponíveis em: <<https://bit.ly/2ePRzoP>>. Acesso em 22 de fev. 2018.

<sup>5</sup> Os dois quadros são ilustrações de crianças acompanhadas de versos como “Criança Viada/Deusa das Águas” e “Criança Viada/Travesti da Lambada”. As telas foram inspiradas nas publicações do tumblr “Criança Viada” – segundo a própria artista dos quadros, lá as pessoas enviavam “fotografias antigas enquanto crianças que tinham traços/trejeitos não heteronormativos; com a intenção de celebrar esses traços, que durante toda a infância foram motivo de xingamentos e violência. Nós, LGBTs, já fomos crianças. Esse assunto incomoda porque nunca viramos LGBTs, nós sempre fomos. Todos devemos cuidar das crianças e não reprimir a identidade delas ou seu modo de ser no mundo. Isso



O MESP também participou da iniciativa, criticando o fato de que estudantes estariam sendo expostos ao conteúdo impróprio das obras através de escolas. Na página do movimento no Facebook, uma publicação com mais de mil interações expõe uma captura de tela do perfil pessoal de um professor divulgando um passeio escolar com alunos. No texto acompanhando a publicação da página anunciava-se: "EXPOSIÇÃO QUE CHOCOU O BRASIL CRISTÃO FOI VISITADA POR ESTUDANTES DE PORTO ALEGRE".<sup>6</sup>

As críticas desses grupos podem ser resumidas no chavão "qual o limite da arte?" As obras expunham temas considerados tabus ou se apropriavam de certas imagens e símbolos para recontextualizá-las com outra mensagem. Outra obra que repercutiu foi o quadro "Cruzando Jesus com a deusa Shiva", que fazia uma mescla das figuras religiosas do cristianismo e do hinduísmo. A reação conservadora a essas representações criticava a violação dos valores e tradições que as exposições promoveriam. Assim, o debate político-jurídico foi totalmente atrelado a uma discussão moralizante, o que é significativo levando em conta a dimensão da repercussão

É possível perceber nesses exemplos como o MESP e outros movimentos associados são capazes de extrapolar os limites dos debates, orientando-os para os campos de seu domínio. É dessa forma que uma discussão sobre arte e acesso a espaços de divulgação da cultura repentinamente se converte numa disputa sobre moral, valores e educação. Nas próximas páginas, propomo-nos analisar as estratégias da qual o MESP lança mão para dominar o debate educacional. Primeiramente, faremos um apanhado das principais características e elementos que constituem o MESP. Destacaremos como o movimento está inserido no esquema mais amplo das concepções fundamentalistas religiosas, especificamente a de uma *Guerra Cultural Cristã*. Consideraremos também as tentativas do movimento se institucionalizar, usando como exemplo alguns dos projetos de lei atualmente tramitando no legislativo federal que compartilham da legenda do MESP. Por fim, trataremos dos vários elementos que compõem a perspectiva do MESP sobre as ameaças vindas da educação escolar aos valores ditos tradicionais. Todos esses movimentos serão realizados tendo como base comum a análise das formas como o MESP se apropria de questões, como a demanda por debates de gênero e sexualidade nas escolas, e ressignifica essas questões dentro de uma perspectiva conservadora.

---

é muito grave. Sou totalmente contra a pedofilia e o abuso psicológico de crianças. O objetivo do trabalho é justamente o contrário, é que essas crianças tenham suas existências respeitadas". Para Iuri Giusti, criador do site tumblr: "As frases que ilustram as obras da Bia são minhas e me doeu ver algo que eu escrevi, que foi tão lindamente entendido por anos, acabar sendo colocado como apologia à pedofilia por tanta gente inconsequente e desinformada". Disponível em: <<https://bit.ly/2rsbLnu>>. Acesso em 22 fev. 2018.

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://bit.ly/2IpsjGd>>. Acesso em 22 fev. 2018.



## 1. O Escola Sem Partido

O Escola Sem Partido é um monstro de duas cabeças<sup>7</sup>. Criado em 2004, foi, durante 10 anos, apenas um movimento social de pouca expressividade, encontrando maior eco na sociedade em três momentos (PENNA, 2016b). O primeiro, em 2007, por ocasião da polêmica gerada pela coluna no Jornal O Globo, do jornalista Ali Kamel<sup>8</sup>, onde este fez duras críticas à coleção de livros didáticos *Nova História Crítica*, de Mario Schmidt;<sup>9</sup> o segundo momento foi em 2011, com a querela gerada em torno do material produzido pelo Ministério da Educação de Combate à Homofobia,<sup>10</sup> chamado pela mídia de “Kit Gay”. Segundo Miguel,

o crescimento da importância do MESP no debate público ocorre quando seu projeto conflui para o de outra vertente da agenda conservadora: o combate à chamada “ideologia de gênero”. Antes, a ideia de uma “Escola Sem Partido” focava sobretudo no temor da “doutrinação marxista”, algo que estava presente desde o período da ditadura militar. O receio da discussão sobre os papéis de gênero cresceu com iniciativas para o combate à homofobia e ao sexismo nas escolas e foi encampado como bandeira prioritária pelos grupos religiosos conservadores. Ao fundi-lo à sua pauta original, o MESP transferiu a discussão para um terreno aparentemente “moral” (em contraposição ao “político”) e passou a enquadrá-la nos termos de uma disputa entre escolarização e autoridade da família sobre as crianças (MIGUEL, 2016, p.596).

Assim, “fica patente que a oposição dos religiosos conservadores à educação progressista nas questões de gênero é inteiramente independente do Movimento Escola Sem Partido. De fato, o MESP nasceu com outra agenda” (MIGUEL, 2016, p.599). O autor justifica sua afirmação citando o “mito” de fundação do movimento, cujo estopim teria sido a suposta “doutrinação marxista”. A motivação para a criação do movimento teria se originado em uma ocasião em que seu fundador, o advogado Miguel Nagib, ouviu de uma de suas filhas que, durante uma aula de História, seu professor fizera uma comparação entre as figuras de Che Guevara e São Francisco de Assis. Nagib,

---

<sup>7</sup> Para mais informações sobre como o discurso do MESP se constitui em torno de temas como “doutrinação ideológica”, “ideologia de gênero” e democracia, ver SALLES, 2017a; SALLES, 2017b; PENNA, 2016a; PENNA, 2017; MOURA, 2016; SILVA, 2016

<sup>8</sup> Na época era diretor-executivo de jornalismo da TV Globo, além de ocupar o cargo de colunista no Jornal, onde, até 2001, ocupou também o cargo de editor-chefe. Atualmente é editor de jornalismo da TV Globo.

<sup>9</sup> KAMEL, Ali. O que ensinam às nossas crianças? O Globo, 18/09/2007. Disponível em: <[http://www.newmarc.com.br/drws/ali\\_kamel.pdf](http://www.newmarc.com.br/drws/ali_kamel.pdf)>. Acesso em 22 fev. 2018.

<sup>10</sup> SOARES, Wellington. Conheça o ‘kit gay’ vetado pelo governo federal em 2011. Nova Escola, 01/02/2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2I7rzm2>>. Acesso em 22 fev. 2018.



que é católico, identificou no paralelo uma tentativa de doutrinação ideológica da sua filha, uma tentativa de "santificar" a imagem do guerrilheiro argentino<sup>11</sup>. Para Luis Felipe Miguel,

A fusão da denúncia da doutrinação marxista de inspiração gramsciana com a oposição à "ideologia de gênero" obedeceu, assim, ao senso de oportunidade do MESP. Deu a ele aliados de peso, uma capilaridade com a qual nem poderia sonhar e um discurso com ressonância popular muito mais imediata. A confluência foi facilitada graças ao trabalho de propagandistas da extrema-direita, em particular os alinhados a Olavo de Carvalho, para quem a dissolução da moral sexual convencional é um passo da estratégia comunista (MIGUEL, 2016, p.601).

Esse segundo momento é de grande importância para os objetivos dessa análise, pois ele encapsula o momento em que as pautas que norteiam o MESP passam a assumir um caráter explicitamente moral. Daí temos o movimento incorporando o uso de expressões como "ideologia de gênero" para se reposicionar dentro do debate educacional. Ideias que o movimento já mobilizava desde sua gênese passam a ser aplicadas de outras formas nessa fase moralizante. Noções como "esquerdismo", "comunismo" e "petismo" passam a ser associadas com o combate à lgbtfobia, à violência contra a mulher ou à defesa de direitos para esses grupos, temáticas, portanto, relacionadas aos debates de gênero. Assim, "gênero"<sup>12</sup> se torna sinônimo de violação da moral e das tradições, se torna um tabu que precisa ser ocultado.

O terceiro momento de expansão do MESP iniciou-se em 2014, por ocasião da crise política e da polarização da sociedade em torno das campanhas presidenciais da então presidenta Dilma Rousseff e do senador Aécio Neves, e se estende até o atual momento. Desde o início do processo de impeachment contra a presidenta, no final de 2015, o MESP parece ter alcançado ainda mais destaque, seja pela reprodução do discurso anticomunista entranhado na cultura política brasileira desde os governos Getúlio Vargas, em especial na Ditadura Militar, recentemente convertido em antipetismo (MIGUEL, 2016), seja por causa das denúncias de professores à ruptura da ordem democrática, que era respondida pelo movimento como abuso da liberdade de ensinar e doutrinação política e ideológica.

Foi nessa época que o deputado estadual fluminense Flávio Bolsonaro (PSC-RJ) encomendou a Miguel Nagib um anteprojeto de lei contra a "doutrinação" nas escolas com base nas

<sup>11</sup> O relato de Nagib a respeito do que o motivou a criar o MESP pode ser encontrado em BEDINELLI, Talita. O professor da minha filha comparou Che Guevara a São Francisco de Assis. *El País Brasil, Política*. São Paulo, 25/06/2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2b5HaCX>>. Acesso em 22 fev. 2018.

<sup>12</sup> Não só o campo de estudos teóricos, mas a palavra em si e tudo relacionado a ela, como a contestação das relações de poder entre os sexos, a inclusão política de novas identidades como as de grupos LGBT, etc.



ideias do procurador (PENNA, 2016) e sugeriu que a este fosse dado o nome de *Programa Escola Sem Partido*. Surgiu assim a segunda cabeça do monstro. Este anteprojeto passa a ser disponibilizado no site do MESP com versões para serem apresentadas em municípios, estados e no âmbito federal, para que parlamentares pudessem se apropriar dele e apresentá-lo em suas casas legislativas. Foi desta maneira que o projeto se espalhou por todo país de forma que, no final de 2017, já havia mais de 120 projetos de lei apresentados e mais de uma dezena de projetos aprovados em pequenos municípios<sup>13</sup>. Entretanto, muito mais do que os projetos de lei em si, nos preocupa o discurso do MESP e sua enorme capilaridade na sociedade, uma vez que o Escola Sem Partido e os movimentos religiosos conservadores cristãos, principalmente os Neopentecostais e a Renovação Carismática Católica, se retroalimentam. Dedicamos à próxima seção do texto um estudo dessas questões.

## 2. Protegendo a Família e a Civilização Judaico-Cristã Ocidental

Apesar do *Programa Escola Sem Partido* ser usualmente apresentados como um projeto de parlamentares evangélicos, ao analisarmos os projetos de lei, percebemos que boa parte dos propositores e defensores são católicos, muitos dos quais com fortes vínculos com a Renovação Carismática Católica (RCC). Além disso, o criador e coordenador do movimento, Miguel Nagib, não esconde mais sua identidade profundamente católica<sup>14</sup>.

O viés religioso por traz da expansão dos projetos baseia-se na defesa de uma moral judaico-cristã, no modelo de família nuclear e na necessidade de se lutar contra o “marxismo cultural”, que supostamente dominaria a sociedade brasileira. Essas ideias são reivindicadas por figuras proeminentes dos setores católicos mais conservadores tanto nos próprios quadros da igreja quanto entre seus fiéis. A atuação de sacerdotes e até mesmo de membros do alto escalão eclesiástico na defesa do MESP parte, principalmente, da perseguição aos debates de gênero com fins de supostamente defender a família. Como visto anteriormente, a estigmatização dessas questões é central para a aproximação e integração desses movimentos. O espantinho da "ideologia de gênero" torna-se assim fundamental para a penetração do MESP no âmbito do discurso fundamentalista religioso cristão.

<sup>13</sup> Como semanalmente novos PLs são apresentados e aprovados evitamos citar números. Para acompanhar as atualizações sobre os PLs consultar: <pesquisandoesp.wordpress.com>. Acesso em 22 fev. 2018. O blog Pesquisando o Escola Sem Partido é produto do trabalho de pesquisa que deu origem a dissertação de mestrado *"Escola Sem Partido": relações entre Estado, educação, religião e os impactos no ensino de História* (MOURA, 2016).

<sup>14</sup> Em uma entrevista para o Huffpost Brasil, onde Nagib defende que debates sobre homofobia não devem ser feitos em sala de aula, o criador do MESP se identifica como "católico e conservador". Disponível em: <<https://bit.ly/2K3y5KW>>. Acesso em 22 fev. 2018.



Segundo Evandra Grigoletto (2003), as semelhanças da RCC com as religiões evangélicas são muitas. E podemos citar várias: o “uso dos meios de comunicação de massa”, a crença na atuação do Espírito Santo hoje, “a experiência da conversão”, a “auto atribuição de uma missão”, a “atribuição de poder ao leigo”, a “prática religiosa emocional”, o “uso de termos comuns como orar e louvar” e a “demonização do espiritismo e das religiões afro-brasileiras”, uma forte hierarquia, uma “manifestação festiva da fé”, um projeto de expansão mundial, eventos de massa, inclusive com “espaços profanos” sendo “reapropriados”, e, até mesmo, o lema dos movimentos: “O lema da RCC é ‘Brasil Cristão’ e o do pentecostalismo ‘Brasil para Cristo’”. Para Grigoletto, “existe um número maior de aspectos que aproximam mais do que afastam a RCC do pentecostalismo”, uma vez que as principais divergências entre os dois movimentos são apenas a obediência ao Papa e a devoção à Virgem Maria.

Ernesto Silveira (2015) apresenta todo o discurso como sendo uma Guerra Cultural Católica, articulada entre católicos leigos e sacerdotes conservadores para a defesa de seus valores na sociedade, que não ocorre apenas no Brasil e nem é um fenômeno recente. O autor cita como alguns exemplos França, Espanha, Estados Unidos e Argentina. Podemos incluir também países como Colômbia, Peru e Paraguai. Para o autor, por trás dessa articulação estariam também grupos católicos internacionais, como a Opus Dei (criada na Espanha em 1928), a Comunhão e Libertação (criada na Itália em 1954) e a TFP - Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (criada na cidade de São Paulo em 1960) -, dentre outras. O autor destaca que muitas são diretamente ligadas ao Vaticano, o que reduziria o poder dos bispos diocesanos sobre elas. Silveira explica que a maioria destas organizações surgiu entre 1920 e 1970, período em que “o catolicismo institucional travou duros embates com as novas configurações do Estado, do espaço público e das legislações nacionais e internacionais, procurando resistir às mudanças e articular reações políticas e sociais para frear ou reverter o *mainstream* cultural” (SILVEIRA, 2015, p. 14).

Segundo o autor, o terreno onde a Guerra Cultural Católica cresceu, foi nos Estados Unidos dos anos 1970 e 1980, após o “colapso da coalizão do *New Deal*” e a “luta pelos Direitos Civis dos movimentos negro, gay e feminista e com declínio do Partido dos Democratas”, que culminou na chegada ao poder do Partido Republicano com Ronald Reagan. De acordo com Silveira, Hunter, sociólogo norte-americano, caracterizaria essa nova configuração social norte-americana como uma “virada conservadora”, marcada também por uma ascensão do conservadorismo religioso que teria levado a uma “mudança permanente na dinâmica do sistema político americano, substituindo divisões clássicas de economia e de classe por outras baseadas em desacordos culturais e morais”



(SILVEIRA, 2015, p. 15). Foram nestes anos de combate que surgiram novas organizações e atores que se apropriaram de novos vocabulários, incorporando ideias advindas de outros contextos culturais nacionais e dos debates acadêmicos travados pelos partidários de grupos direitistas, nas ciências humanas e na teologia, em universidades e academias católicas. O autor afirma que,

na ótica desses grupos, as estruturas familiares e sociais defendidas são naturais e universais, porém, tais estruturas vêm sofrendo ataques, sendo desmanchadas e desmontadas por uma conspiração liderada pela Organização das Nações Unidas (ONU), somada aos partidos de esquerda, organizações de direitos humanos (como a Anistia Internacional) e intelectuais defensores dos direitos dos homossexuais, das mulheres, etc. (SILVEIRA, 2015, p. 13).

Silveira destaca como o termo ‘guerra cultural’ (e toda a rede semântica tecida em torno dele) tem aparecido cada vez mais nos discursos de algumas lideranças católicas brasileiras, ligadas à estrutura eclesiástica ou mesmo leigas, expandindo a “doxa tradicionalista” para além das já constantes do vocabulário norte-americano. Segundo o autor, esse discurso conservador se estrutura em torno de duas questões: a verdade única (Deus, Igreja, Revelação e Sagradas Escrituras) e a família “natural” (homem, mulher e filhos). Ainda segundo Silveira, “o vínculo entre esses dois princípios é profundo e ontológico. Um sustenta e permite ao outro exercer o domínio discursivo dos fatos, fenômenos, grupos e ações sociais, e, com isso, é construída uma teia fechada de interpretação” (SILVEIRA, 2015, p. 20).

É nesta tentativa de criar novos significados que surge o vocábulo “ideologia de gênero” no léxico conservador. Rogério Junqueira (2017) faz uma genealogia do termo começando pelas antifeministas. O autor explica que em 1994, Christina Hoff Sommers, professora de filosofia de uma universidade americana, em seu livro *Who Stole Feminism? How women have betrayed women*, faz uma crítica ao por ela chamado “gender feminism”, que faria com que mulheres antagonizassem aos homens. Em 1997, Dale O’Leary, jornalista norte americana ligada à Opus Dei e representante do Lobby Católico, em seu livro *The Gender - Agenda: Redefining Equality*, defende que o objetivo do feminismo contemporâneo é criar um mundo com menos pessoas, mais prazer sexual, sem diferença entre homens e mulheres e sem mães em tempo integral. O que, para a autora, seria algo negativo.

Seguindo os passos das antifeministas, o padre belga Monsenhor Michel Schooyans publicou, em 1998, o livro *O evangelho face a desordem mundial*, com prefácio do cardeal Joseph Ratzinger, futuro papa Bento XVI. Este foi, provavelmente, o primeiro livro a utilizar o termo “Ideologia de Gênero”. Neste, a ideologia de gênero é apresentada como uma ideologia da morte e





uma cultura anti-família. No mesmo ano, na conferência Episcopal do Peru, é lançado o documento *La ideologia de género: sus peligros y alcances*, produzido pelo ultraconservador monsenhor Oscar Alzamora Revoredo, Bispo auxiliar de Lima. Segundo Junqueira esta foi a primeira vez que o termo “Ideologia de Gênero” apareceu em um documento eclesiástico. Dois anos depois, o termo apareceria pela primeira vez em um documento da Cúria Romana, na publicação Família, Matrimônio e “União de fato”, do Conselho Pontifício para a família

Aliás, como destaca Luiz Antônio Cunha (2009, p. 418), “a família tem sido a idealização maior dos grupos conservadores, que supõem em geral uma forma familiar específica (pai, mãe e filhos em convivência duradoura)”. É este molde de família nuclear pequeno-burguesa que estaria supostamente dotada de valores positivos; crença, aliás, que não resiste à mais elementar análise objetiva. Este modelo de família também é, além de tudo, fortemente atrelado ao catolicismo, uma vez que:

Em abstrato, a família não existe, ou melhor dizendo, essa categoria designa diferentes configurações sociais. A tradição religiosa judaico-cristã sacramenta a família nuclear, urbana e pequeno-burguesa, formada por pai, mãe e filhos, vivendo juntos no mesmo espaço. A ideologia da *sagrada família* (Jesus, Maria e José) se apresenta como sendo a normal, o modelo a ser seguido, todas as outras não passando de anormalidades. O pai é provedor, é quem se vincula ao espaço público mediante o trabalho, e assume filiações diversas como políticas e esportivas. O grupo doméstico formado por esse tipo de família forma o *lar*, espaço privado e lugar “natural” da mulher/esposa/mãe, que preferencialmente não trabalha fora dedicando-se ao cuidado da casa e dos filhos. Esse grupo vive harmoniosamente, num ambiente alegre e bem cuidado, provido de meios materiais e laços afetivos capazes de proporcionar-lhe um desenvolvimento saudável e, assim, garantir que reproduza esse modelo no futuro (FÁVERO *apud* CUNHA, 2016, p. 5).

Concordamos plenamente com todas as análises de Silveira a respeito das visões de mundo e formas de agir que norteiam a guerra cultural católica e acreditamos que o conceito de *guerra cultural* é fundamental tanto para pensar o MESP, e outras iniciativas relacionadas no campo da educação, quanto para pensar a política nacional em nível macro e, inclusive, a política internacional, visto que o avanço conservador está longe de se limitar apenas ao Brasil. Entendemos, entretanto, que devido às alianças políticas feitas entre grupos, entidades, parlamentares e afins, tanto católicos quanto evangélicos, e pela utilização de um léxico comum por ambos, adaptaremos a categoria de Silveira para nos referirmos a esta guerra cultural em curso hoje como uma *Guerra Cultural Cristã* e não apenas católica. Acreditamos que o restante do texto comprovará nossa posição.



O *Programa Escola Sem Partido* em tramitação a nível federal é o PL 867/2015<sup>15</sup>, proposto pelo deputado federal Izalci Lucas. O deputado, apesar de não costumar declarar sua filiação religiosa e não a utilizar como sua principal arma política, faz parte da Frente Parlamentar Evangélica e da Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana do Congresso federal. O projeto de sua autoria “inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o Programa Escola Sem Partido”. A proposição segue basicamente o anteprojeto criado por Nagib a pedido da família Bolsonaro. O texto de 8 páginas sugere, assim como os outros projetos "escola sem partido", afixar nas salas de aula e nas salas dos professores das escolas um cartaz “com 70 centímetros de altura por 50 centímetros de largura, e fonte com tamanho compatível com as dimensões adotadas”, supostamente divulgando a “liberdade de aprender” dos alunos.

Por outro lado, essa liberdade de aprender dos alunos não seria incompatível com o suposto direito dos pais de que seus filhos aprendam na escola só o que eles acharem conveniente. O projeto evoca e fundamenta-se no artigo 12 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), segundo o qual “os pais têm direito a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”. Segundo o PL, “cabe aos pais decidir o que seus filhos devem aprender em matéria de moral” e “um Estado que se define como laico – e que, portanto, deve ser neutro em relação a todas as religiões – não pode usar o sistema de ensino para promover uma determinada moralidade, já que a moral é em regra inseparável da religião”.

O que não é mencionado é que o artigo da convenção citado se refere à liberdade de consciência e de religião e não à educação. Também não é mencionada a existência do Protocolo Adicional de São Salvador, elaborado justamente para dar conta dos direitos econômicos, sociais e culturais não abordados no documento anterior. Segundo esse documento “esquecido”, em seu artigo 13, que versa sobre o direito à educação, as políticas educacionais dos Estados signatários do protocolo deveriam necessariamente defender os Direitos Humanos. Essa composição dos

---

<sup>15</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei 867/2015. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa Escola sem Partido” – Apensado ao PL 7180/2014. 23/03/2015a. Disponível em <<https://bit.ly/2I4QYMV>>. Acesso em 22 fev. 2018. Apesar de ser o primeiro projeto na Câmara a ostentar o nome do movimento homônimo, o PL 867 não foi a primeira proposição legislativa inspirada no MESP. Em 2014, o deputado Erivelton Santana (PEN), membro da Frente Parlamentar Evangélica, apresentou os PL's 7180 e 7181. As propostas pretendem, respectivamente, alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394) e os Parâmetros Curriculares Nacionais para submeter a educação escolar à vontade das famílias dos alunos, de acordo com uma interpretação conservadora do texto da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica) que discutiremos mais adiante. Ambas tramitam apensadas ao PL 867 e podem ser encontradas em BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei 7180/2014. Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 24/22014a. Disponível em: <<https://bit.ly/2rvwBkW>>. Acesso em 22 fev. 2018; BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei 7181/2014. Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - Apensado ao PL 7180/2014. 24/02/2014b. Disponível em: <<https://bit.ly/2I6GFbl>>. Acesso em: 22 fev. 2018.



argumentos jurídicos do projeto pode ser interpretada menos como puramente incidental do que como consequência do caráter moralizante que o MESP e seus derivados passaram a assumir a partir de certo ponto. A preocupação com a moral religiosa em um PL sobre educação pública, e, portanto, não confessional, deixa transparecer os reais objetivos das iniciativas em torno da institucionalização do MESP. Entretanto, o PL 867 de 2015 não foi o único PL de conteúdo similar apresentado pelo deputado.

Assinado por Izalci e outros 14 deputados<sup>16</sup>, o projeto de lei nº 1859 de 2015<sup>17</sup> acrescenta o seguinte parágrafo ao artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação: “A educação não desenvolverá políticas de ensino, nem adotará currículo escolar, disciplinas obrigatórias, ou mesmo de forma complementar ou facultativa, que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo ‘gênero’ ou ‘orientação sexual’”. O projeto de 16 páginas traz em sua justificativa, de mais de quatorze páginas, alguns argumentos que são repetidos em inúmeros projetos e falas conservadoras sobre gênero. O projeto de lei cita trechos de obras de Karl Marx, Friedrich Engels, Kate Millett, Max Horkheimer, John Money, Michel Foucault, Judith Butler e Shulamith Firestone para provar o “totalitarismo” da “ideologia de gênero”.

O texto do PL cita supostos trechos de *A ideologia alemã*<sup>18</sup> e de *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*,<sup>19</sup> seguidos de longas interpretações. José Derisso (2016) demonstrou que as citações são, na verdade, falsificações. Os textos originais são desconstruídos e reconstruídos no texto do PL a fim de servirem de prova para a tese que se quer defender: a de que existe uma conspiração comunista para a destruição da família. Uma vez que, segundo estes grupos, a destruição da família seria pré-requisito para o comunismo:

Nesta obra [A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado], Engels, seguindo Marx, sustentava que nos primórdios da história não teria existido a instituição que hoje denominamos de família. A vida sexual era totalmente livre e os homens relacionavam-se sexualmente com todas as mulheres. Deste modo, as crianças somente conheciam quem eram as suas mães, mas não sabiam

<sup>16</sup> Alan Rick (PRB); Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB); Antônio Imbassahy (PSDB); Bonifácio de Andrada (PSDB); Celso Russomanno (PRB); Eduardo Cury (PSDB); Eros Biondini (PTB); Evandro Gussi (PV); Givaldo Carimbão (PROS); João Campos (PSDB); Leonardo Picciani (PMDB); Luiz Carlos Hauly (PSDB); Rosângela Gomes (PRB); Stefano Aguiar (PSB).

<sup>17</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei 1.859. Acrescenta Parágrafo único ao artigo 3º da Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) – Apensado ao PL 7180/2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2II2T2v>>. Acesso em: 22 fev. 2018.

<sup>18</sup> A Ideologia Alemã de Friedrich Engels e Karl Marx, escrita entre 1845-1846, é a primeira exposição estruturada da concepção materialista da história e o principal texto dos autores acerca da religião.

<sup>19</sup> A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado, de Friedrich Engels, de 1884, de maneira geral aborda a passagem do comunismo primitivo, matriarcal, ao início da propriedade privada e do Estado, patriarcal.



quem fossem os seus pais. Mais tarde, à medida em que a sociedade passou de caçadora à agricultora, a humanidade começou a acumular riqueza e os homens, desejando deixar as novas fortunas como herança à sua descendência, para terem certeza de quem seria o seu herdeiro, foram obrigados a forçar as mulheres a não mais se relacionarem com outros parceiros. Com isto transformaram as mulheres em propriedade sexual e assim teriam surgido as primeiras famílias, fruto da opressão do homem sobre a mulher, e com a qual se teria iniciado a luta de classes. A conclusão óbvia desta tese, afirmada como absoluta certeza, visto que confirmava as teorias já levantadas pelo jovem Marx, é que não poderia haver revolução comunista duradoura sem que a concomitante destruição da família.

A seguir, o texto do projeto de lei explica a longa conspiração para a destruição da família e do Estado através do uso da chamada “ideologia de gênero”:

O que verdadeiramente está acontecendo é que o conceito de ‘gênero’ está sendo utilizado para promover uma revolução cultural sexual de orientação neo-marxista com o objetivo de extinguir da textura social a instituição familiar. Na submissão do feminino ao masculino através da família, Marx e Engels enxergaram o protótipo de todos os subsequentes sistemas de poder. Se esta submissão é consequência da biologia, não há nada a que se fazer. Mas se ela é uma construção social, ou um gênero, então, a longo prazo, ela poderá ser modificada até chegar-se a uma completa igualdade onde não haverá mais possibilidade de opressão de gênero, mas também onde não haverá mais famílias, tanto as heterossexuais como demais famílias alternativas. Neste contexto, a educação caberia como uma tarefa exclusiva do Estado, e não existiria mais traços diferenciais entre o masculino e o feminino. Em um mundo de genuína igualdade, segundo esta concepção, todos teriam que ser educados como bissexuais e a masculinidade e a feminilidade deixariam de ser naturais.

Por fim, o texto explica como esta “revolução cultural sexual de orientação neomarxista” foi tramada pela ONU, pela delegação dos Estados Unidos e pela própria primeira dama americana Hillary Clinton ao recomendarem o uso no termo “gênero” no lugar de “sexo”, durante a IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Pequim, 1995), sem responder qual seria a definição de gênero e levando as delegações de outros países a adotar o termo por boa-fé, acreditando que “gênero” seria apenas um sinônimo chique para “sexo”.

### 3. As armas da Revolução Gayzista

A mescla do discurso conspiracionista com o aparente embasamento teórico sobre obras e autores que fariam parte desse grande plano para destruir os valores da família judaico-cristã é a força motriz deste movimento conservador cristão. Assim, neologismos e expressões como "feminazi", "politicamente correto" ou "ditadura gayzista" acabam tendo um papel importante nesse jogo retórico em que o próprio léxico liberal e progressista ganha novos significados.



É desta forma que as liberdades individuais, aquelas que protegem os indivíduos do poder discriminatório do Estado, tais como o direito à liberdade de consciência, liberdade de religião, liberdade de expressão, o direito à propriedade, são ressignificadas e tornam-se a liberdade de ser racista, misógino, homofóbico, transfóbico, violento, preconceituoso. O grande desafio deste discurso conservador é estabelecer o consenso de que esses privilégios são "naturais" e que devem ser mantidos.

Apresentam então qualquer tentativa de construção de uma sociedade menos desigual como uma ameaça e as práticas docentes e políticas públicas voltadas para a promoção da equidade como ameaças à sociedade. Quando a equidade em jogo é a de gêneros ou de orientação sexual a ameaça se torna ainda mais grave como vimos no item anterior. Seriam parte da revolução esquerdista-gayzista para destruir a família e a civilização judaico cristã ocidental. Segundo estes grupos conservadores, tanto os religiosos quanto o MESP, o grande antro de comunistas, a célula revolucionária dentro do aparelho do Estado seria o ministério da educação e os professores seus guerrilheiros.

Desta maneira as principais armas da revolução gayzista seriam as políticas públicas elaboradas pelo MEC tais como o Programa Nacional do Livro Didático, a Base Nacional Comum Curricular e os planos nacional, municipais e estaduais de educação que seriam completadas pela atuação dos “militantes travestidos de professor” em sala de aula. Falaremos agora um pouco mais de cada uma das armas revolucionárias.

### 3.1 Os livros didáticos, paradidáticos e o PNLD

A atuação do MESP no que diz respeito a livros didáticos se dá principalmente através do blog “De Olho no Livro Didático”<sup>20</sup>, no qual o autor, o professor Orley José Silva<sup>21</sup>, dedica-se desde 2014 a tentar provar que os livros didáticos e paradidáticos distribuídos pelo MEC são materiais desenvolvidos para doutrinação comunista dos jovens. Silva é frequente colaborador, real e virtual, do Movimento Escola Sem Partido, tendo seus textos reproduzidos na própria página do movimento, sendo convidado para defender a tese da doutrinação de esquerda nas escolas e a necessidade de aprovação dos projetos de lei Escola Sem Partido. Em um artigo

---

<sup>20</sup> A ampliação da análise do Blog “De olho no livro didático” é extremamente importante para a construção de um discurso crítico sobre os argumentos do Escola Sem Partido, pois é onde supostamente estão concentradas as provas da doutrinação existente nos livros didáticos denunciada pelo Movimento Escola Sem Partido.

<sup>21</sup> Orley José da Silva é professor da Rede Municipal de Educação de Goiânia, da primeira fase do ensino fundamental, mestre em letras e linguística (UFG), mestrando em estudos teológicos (SPRBC) e doutorando em ciências da religião (PUC Goiás).



publicado na página do MESP, intitulado "Livros didáticos para a revolução socialista bolivariana",<sup>22</sup> Silva aponta que:

Está em curso, pois, em nosso sistema de ensino público o plantio da semente revolucionária socialista inspirada em Gramsci para uma revolução que se pretende pacífica, caso não haja acidente de percurso. Para o cumprimento deste objetivo, trabalha-se na sociedade a construção hegemônica do ideal comunista por meio de estratégias discursivas que possibilitem a subjetivação dos sujeitos.

Segundo o autor, nessa “subjetivação dos sujeitos” (sic), o livro didático teria papel fundamental uma vez que “traz uma visão marxista de praticamente tudo”. Seria com esse olhar “marxista” que o aluno “aprende a ver o mundo, a religião, a história, a sociedade, o estado, a família e suas relações com o ambiente, consigo mesmo e com o outro”. Ainda segundo Silva, a suposta doutrinação marxista estaria focada nas questões relacionadas “a moral e os costumes”, enquanto as questões relativas ao poder, à autoridade (que ele destaca que se referem também à autoridade familiar) e às instituições sociais seriam alvo de uma doutrinação anarquista.

Em suas postagens, Silva dedica-se fundamentalmente a três temas: a presença, nos materiais didáticos e nas aulas dos professores, de doutrinação de esquerda, de doutrinação em religiosidade de matriz africana e de doutrinação LGBT. De maneira geral, os três temas estariam relacionados pelo seu caráter anticristão. Seja pelo choque entre duas religiosidades diferentes, seja pela presumida incompatibilidade entre o materialismo histórico marxista e o espiritualismo cristão e a também suposta incompatibilidade entre uma afetividade e sexualidade LGBT e a moralidade cristã. Estes três temas são frequentes, em maior ou menor medida, nas falas públicas e postagens dos defensores do Escola Sem Partido.

Têm sido cada vez mais frequentes as polêmicas relacionadas à literatura didática e paradidática, porém, tanto nas postagens do blog de olho no livro didático quanto da mídia em geral é facilmente notado que a principal questão para os que se preocupam com a ameaça dos livros didáticos é a questão de gênero e a sexualidade. Possivelmente, o caso mais emblemático de perseguição a um livro didático dos últimos tempos tenha sido o do livro didático que mostrava um pênis ereto. Segundo Eliane Brum, escritora que ao comentar esta tentativa de censura em sua coluna no jornal El País batizou o texto de Escola Sem Pinto,<sup>23</sup>

<sup>22</sup> SILVA, Orley José da. Livros Didáticos para uma Revolução Socialista Bolivariana. “ESCOLA SEM PARTIDO – educação sem doutrinação”. [S.l.], [S.d.]. Disponível em: <<https://bit.ly/2rttppam>>. Acesso em 22 fev. 2018.

<sup>23</sup> Disponível em: <<https://bit.ly/2JIL0sf>>. Acesso em 22 fev. 2018.



No final de março [de 2016], um grupo de pais de uma escola pública estadual da cidade de Ji-Paraná, no norte do Brasil, entregou um abaixo-assinado ao Ministério Público de Rondônia. Eles exigiam a retirada da sala de aula de um livro de ciências cujo conteúdo de educação sexual seria “impróprio” para alunos da oitava série do ensino fundamental. O desenho de um pênis ereto, usada pelas autoras da obra didática para explicar o funcionamento do órgão, é um dos principais motivos da tentativa de censura. O pinto duro não deveria estar lá.

Os livros paradidáticos também não escapam da polêmica. Em janeiro de 2016, o deputado Jair Bolsonaro<sup>24</sup> decidiu criar polêmica com o livro *Aparelho Sexual e Cia - Um guia inusitado para crianças descoladas*. Em um dos vídeos compartilhados pelo deputado nas redes, afirma que a obra é uma "coletânea de absurdos que estimula precocemente as crianças a se interessarem por sexo. É uma porta aberta para a pedofilia". E completa dizendo que “É o livro do PT, livro do Lula e da Dilma Rousseff” e que “É uma grana para os companheiros e fica pervertendo seu filho na sala de aula. Para que o filho de pobre, na escola pública, não aprenda nada e seja apenas um beneficiário do Bolsa Família”. Apesar de toda a polêmica, depois constatou-se que os exemplares do livro não foram comprados pelo MEC, mas pelo Ministério da Cultura e que nunca foram destinados as escolas e sim as bibliotecas públicas.

Outro caso importante é o do livro *Enquanto o sono não vem*<sup>25</sup>. O livro enviado pelo MEC para a biblioteca de todas as escolas do país foi alvo de polêmica em junho de 2017 no Espírito Santo. Um dos contos do livro, “A triste história de Eredegalda”, conta a história de um pai que decide se casar com uma de suas filhas, que acaba morrendo no fim da história. O próprio livro explica a origem da história. “A história da princesa assediada pelo próprio pai aparece em vários lugares do Brasil com nomes diferentes: ‘Silvaninha’, ‘Valdomira’, ‘Faustina’. Ainda segundo o livro, a versão ali contada “foi inspirada em uma recolhida em Barbacena, Minas Gerais, e foi acrescida dos versos de um acalanto denominado ‘Lá vem vindo um anjo’”. Várias cidades do estado decidiram tirar os exemplares do livro de circulação e, por fim, o MEC decidiu pela retirada do livro<sup>26</sup> de todas as escolas do Brasil. Ainda é muito cedo para afirmar, mas acreditamos que em breve teremos indícios de que a própria reforma no PNLD, promovida pelo Ministro da Educação Mendonça Filho, principalmente no que tange a seleção dos avaliadores das coleções, tem a ver com as demandas conservadoras sobre um maior controle dos conteúdos dos livros didáticos.

<sup>24</sup> A reconstituição dos fatos que levaram à polêmica envolvendo o deputado pode ser encontrada em <<https://glo.bo/2FVQFSY>>. Acesso em 22 fev. 2018.

<sup>25</sup> Sobre esse caso, ver <<https://glo.bo/2I2CD7G>>. Acesso em 22 fev. 2018.

<sup>26</sup> Disponível em <<https://bit.ly/2s90NoQ>>. Acesso em 22 de fev. 2018.



### 3.2 A Base Nacional Curricular Comum (BNCC)

É também através do blog De Olho no Livro Didático que se desenrolam as maiores disputas simbólicas do MESP em relação à BNCC. Em grande parte, o site se dedica a mobilizações e campanhas cujo objetivo é influenciar a confecção da BNCC de acordo com os interesses ideológicos de seu administrador e do grupo do qual faz parte. No momento da divulgação da terceira versão da BNCC, esse grupo auto identificado como "professores contra a ideologia de gênero"<sup>27</sup> divulgou uma "Carta aberta aos membros das frentes católica e evangélica do congresso nacional". Neste documento o grupo requereu aos membros da bancada da bíblia do Congresso nacional que interrompessem imediatamente o trâmite da BNCC até que as referências à suposta "ideologia de gênero" fossem removidas do texto. Porém, já muito antes disso, desde o início do processo de construção da 1ª versão, o grupo já estava em atuação e produziu uma série de documentos contrários às propostas de base apresentadas, realizou uma série de audiências públicas alternativas às audiências do MEC e propôs uma versão alternativa de BNCC, agindo por meio de *advocacy*<sup>28</sup> para conseguir o apoio necessário à sua aprovação.

O ministro da Educação, Mendonça Filho, afirmou durante a cerimônia de homologação<sup>29</sup> da versão final da BNCC pelo presidente Michel Temer que "A base é plural, respeita as diferenças, respeita os direitos humanos, não há nenhuma prisão à ideologia de gênero ou coisa parecida". Segundo ele, "Não ficamos presos ao debate estéril que muitas vezes é tomado por ideologias radicais". Ao que tudo indica, para o ministro, radicais são aqueles que defendem os direitos humanos e não os grupos religiosos que tentam retirar direitos de significativa parcela da população brasileira. Depois das promessas dos conservadores de que com ideologia de gênero a base não seria aprovada, as discussões sobre as questões de gênero pararam na disciplina Ensino Religioso, para que as questões pudessem ser tratadas segundo um entendimento da moralidade religiosa. Mas mesmo esta concessão não fora suficiente. Para estes grupos não poderia haver sequer menções a gênero e sexualidade no documento e eles conseguiram. Se analisarmos a 3ª versão da BNCC e a sua 3ª versão modificada chegamos à conclusão de que está é na verdade uma 4ª versão. Feita sob medida para atender aos interesses conservadores.

---

<sup>27</sup> "Professores contra ideologia de gênero na 3ª versão da base curricular do MEC". Disponível em <<https://bit.ly/2K7Rs5Q>>. Acesso em 22 de fev. 2018.

<sup>28</sup> Quando grupos ou organizações atuam no interior do sistema político com o objetivo de orientar a formulação de políticas públicas que estejam de acordo com seus interesses ou das entidades que eles representam.

<sup>29</sup> Trechos do discurso podem ser encontrados em <<https://bit.ly/2I0gGWT>>. Acesso em 22 de fev. 2018.





Ainda assim, este grupo de professores contra a “ideologia de gênero” se apresenta insatisfeitos. Em postagem sobre a versão final do documento, os autores destacaram que o governo Temer seria incomparavelmente mais sensível às pautas “que visem proteger os interesses formativos das famílias sobre crianças e adolescentes”, mas que, no entanto, “as engrenagens que possibilitam a governabilidade foram (e ainda são) cuidadosamente aparelhadas em benefício da revolução social e cultural gramsciana”. Defende também que a área da educação é a mais estratégica e a mais bem estruturada “desta revolução em marcha, invisível e sem rosto, que independe de partidos políticos ou de quem esteja no governo central”. O grupo explica que é preciso união para montar uma força política capaz de barrar a ideologia de gênero, esse “extraordinário projeto de reengenharia cultural e social operado nas mentes de crianças e jovens com o motivo inconfesso (publicamente) de modelar a seu modo a seu modo a sociedade do futuro”, que duas gerações já foram contaminadas por ela e pede que os parlamentares das frentes católica e evangélica pressionem o ministro da educação e o presidente da república na “defesa da integridade física, emocional e intelectual das crianças e adolescentes brasileiros”.

### 3.3 Planos de educação

Entretanto essas intromissões de grupos religiosos na política não são novas e costumam ser sempre bem-sucedidas. Entendemos que o Plano Nacional de Educação<sup>30</sup> (PNE) é o maior exemplo disso. Em abril de 2010, ocorreu a Conferência Nacional de Educação (CONAE), da qual participaram vários atores da sociedade civil para a preparação da proposta do plano que estabelece as metas e diretrizes das ações públicas voltadas para a educação. Em novembro do mesmo ano, o poder executivo federal preparou o plano já bem diferente do inicial, que chegou em dezembro à Câmara dos Deputados. Em março de 2011, foi criada uma comissão especial para analisar o plano, composta por membros da comissão de educação, cultura, direitos humanos e minorias, seguridade social e família e finanças e tributação. O PNE recebeu mais de 3 mil emendas, número recorde para um projeto de lei. Em outubro de 2012, o projeto seguiu para o Senado, onde começou a ser analisado em novembro. Em dezembro de 2013, o PNE foi finalmente aprovado no Senado e retornou à Câmara, onde suas alterações começaram a ser analisadas em fevereiro de 2014.

Em junho do mesmo ano, quatro anos depois do início das discussões e três anos após a data prevista, o plano finalmente aprovado era bem diferente do proposto originalmente. Dentre as

---

<sup>30</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei 13.005. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. 25/06/2014c. Disponível em: <<https://bit.ly/2rt7b8C>>. Acesso em 22 de fev. 2018.



mudanças mais comentadas, estavam o montante destinado à educação que, de 10% do PIB passou para 8%; o destino deste dinheiro, cuja redação inicial - “investimento em educação pública” -, passou para “investimento público em educação”, incluindo, assim, repasse de verbas para instituições privadas como o PROUNI; e a retirada de gênero do texto final, como resultado do lobby liderado pelos deputados/pastores Marco Feliciano (PSC-SP), Marcos Rogério (PDT-RO) e Pastor Eurico (PSB-PE). Deputados da ala católica radical também tiveram papel fundamental no processo, seguindo o entendimento da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) de que “a introdução dessa ideologia na prática pedagógica das escolas trará consequências desastrosas para a vida das crianças e das famílias”.<sup>31</sup>

Enquanto o PNE 2001-2011<sup>32</sup>, por inúmeras vezes, se refere a gênero, principalmente no tocante à questão da educação como meio de promoção da igualdade de gênero, o PNE aprovado no ano de 2014 só foi aprovado na Câmara dos Deputados após a retirada das duas menções ao termo. A primeira no inciso III do artigo 2º, cuja redação inicial estabelecia que “são diretrizes do PNE: superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”, foi substituída por “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”. E a segunda na Estratégia 3.12, que previa “implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação racial, por orientação sexual ou identidade de gênero, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão”, foi substituída por “implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão”.

Porém, o Ministério da Educação orientou que estados e municípios produzissem seus planos de educação baseados no texto final da Conferência Nacional de Educação (CONAE) 2014 e não no Plano Nacional de Educação. O texto final fora sistematizado e divulgado pelo Fórum Nacional de Educação. Imediatamente, houve reação na Câmara dos Deputados por deputados ligados às igrejas evangélicas e à renovação carismática católica. E uma série de projetos de lei foi apresentada por estes deputados.

<sup>31</sup> Disponível em: <<https://bit.ly/2ruvSBw>>. Acesso em 22 fev. 2018.

<sup>32</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei 10.172. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências 09/01/2001. Disponível em: <<https://bit.ly/2K5qzzi>>. Acesso em 22 fev. 2018.



Dentre estes gostaríamos de destacar o Projeto de lei nº 2731 de 2015,<sup>33</sup> que “altera a lei 13.005 de 25 de junho de 2014, que estabelece o plano nacional de educação – PNE e dá outras providências”. Segundo a nova redação, inclui-se no artigo 2º o parágrafo único: “É proibida a utilização de qualquer tipo de ideologia na educação nacional, em especial o uso da ideologia de gênero, orientação sexual, identidade de gênero e seus derivados, sob qualquer pretexto”. Este PL é de autoria do deputado Eros Biondini (PROS), membro da Renovação Carismática Católica e cantor da Canção Nova. O texto do projeto chega a estabelecer punições. Aos estados e municípios que incluírem o debate de gênero em seus planos, está previsto que isto “impossibilitará o repasse de recursos financeiros federais, destinados à educação, ao ente federativo”, e aos educadores estabelece-se que “o descumprimento da proibição de utilização da ideologia de gênero, orientação sexual e congêneres ou de qualquer outro tipo de ideologia, na educação nacional, sujeitará os infratores às mesmas penas previstas no artigo 232 da Lei nº 8.069/90 (ECA), além da perda do cargo ou emprego”. O citado artigo estabelece a quem “submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento” a pena de detenção de seis meses a dois anos.

### 3.4 As práticas em sala de aula

O cerne da disputa do MESP está a fronteira que o movimento construiu entre o direito da família de educar e o dever da escola de instruir conforme os critérios da família. Porém, deste ponto também se ramificam outras disputas em torno de um projeto não só de educação, mas de sociedade. O modelo de família que o MESP vislumbra não é uma categoria vazia de sentido, mas uma definição bem específica, restrita e excludente de família. Os integrantes da família heteronormativa, seguidora dos preceitos da tradição judaico-cristã, são os únicos sujeitos de direito concebíveis. Pode-se falar dela, mas não contra ela. Pode-se reproduzi-la, mas nunca contestá-la. A estratégia de naturalização da família cria junto ao movimento e seus adeptos uma percepção de que o acesso a direitos seria um jogo de soma zero, ou seja, o ganho de certos direitos como educação, segurança e representatividade por certos grupos significa a perda dos mesmos por outros grupos.

A democracia e as instituições, dentre elas a escola, não podem ser espaços de inclusão e horizontalidade, e sim, no máximo, espaços de convivência, onde as hierarquias e relações de poder devem seguir imutáveis. Em uma audiência pública na Câmara dos Deputados para debater a questão da "doutrinação ideológica", na fala de Miguel Nagib, fundador e presidente do MESP, essa

<sup>33</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de lei nº 2731. Altera a lei 13005 de 25 de junho de 2014, que estabelece o plano nacional de educação - PNE e dá outras providências. 20/08/2015c. Disponível em: <<https://bit.ly/1O9pxDv>>. Acesso em 22 fev. 2018. Atualmente fora de tramitação.



perspectiva fica bem evidente. Enquanto mostra um cartaz produzido em uma escola de Santa Catarina, que apresenta um casal homoafetivo de dois pais brancos com uma criança negra com os dizeres “Para o homofóbico a felicidade gera ódio”, Nagib apresenta sua opinião sobre o cartaz:

Há pais que são obrigados a mandar seus filhos para a escola que discordam desse ponto de vista. O Estado obriga as famílias a mandar seus filhos para a escola e depois os agentes públicos, os funcionários do Estado, usam, se aproveitam desse fato, da circunstância dos pais serem obrigados a mandar seus filhos para a escola para depois transmitir aos filhos dos outros seus próprios valores morais. Então esta é a questão. O que não está em questão aqui é a orientação sexual, a ideo..., a ideo..., não está. A questão é o direito dos pais sobre a educação religiosa e moral dos seus filhos.<sup>34</sup>

A leitura de Nagib de homofobia como uma questão de "ponto de vista" não pode ser reduzida a simples miopia. Ela é produto de uma concepção de mundo que relativiza certas práticas enquanto entalha outras em pedra. A consolidação da família "tradicional" como algo imutável anda de mãos dadas com a relativização da violência contra tudo e todos que a questionam. A família não é natural por si só. Esse discurso é moldado e construído às custas de quem só poderá ser inserido nele como o "outro", o "subversivo". Assim, tudo que se contrapõe ao "natural" torna-se “ideológico” e qualquer contestação a esta suposta naturalidade é vista e apresentada como ameaça. Não é apenas uma discordância quanto a questões relacionadas a questões de ensino-aprendizagem, mas uma tentativa de desviar moral, física e intelectualmente os estudantes.

Apesar dos grupos conservadores, seja o MESP, sejam os religiosos, utilizarem o termo doutrinação sem moderação, eles usam o conceito sem apresentar a sua definição. Foi Bráulio Porto de Matos, professor de sociologia da educação pela Universidade de Brasília (UnB) e vice-presidente do MESP, quem, durante uma audiência pública na Câmara dos Deputados, apresentou aquilo que se pode considerar como o mais próximo que estes grupos já chegaram a fornecer para uma definição do conceito de ideologia. Segundo Matos, após “uns trinta anos de estudo para chegar a essa definição”, ideologia seria “Um discurso ficcional e simplista que se apresenta como verdade a ser assegurada em última instância pelo controle total do poder governamental”.<sup>35</sup>

Daí se deduziria a existência de uma “doutrinação marxista” ou de uma “ideologia de gênero” promovidas por professores; um movimento com vistas a tomar o Estado através da escola

<sup>34</sup> Transcrição da fala de Nagib em audiência pública promovida pela Comissão Especial que analisa o "Programa Escola Sem Partido" na Câmara dos Deputados. Os áudios originais estão disponíveis em <<https://bit.ly/2wrVF2c>>. Acesso em 22 fev. 2018.

<sup>35</sup> MATOS, Bráulio Tarcísio Porto de. Doutrinação política e ideológica nas escolas. Escola Sem Partido, 2015. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/images/braulio>>. Acesso em 22 fev. 2018.



para difundir visões únicas a respeito de assuntos políticos ou falsidades sobre como identidades de gênero e orientações sexuais se manifestam – leia-se, tudo que foge da lógica dos padrões comportamentais e discursivos tido como normas (orientação heterossexual, identidade cisgênero) é tratado como suspeito de doutrinário.

Nagib usa recorrentemente o bordão “meu filho, minhas regras”, deturpação da bandeira de luta do movimento feminista pelo direito da mulher ao próprio corpo. Assim como com a expressão "ideologia de gênero", temos a apropriação de vocábulos caros às lutas progressistas, seguida de uma ressignificação conservadora. Uma dessas deturpações diz respeito a apresentação do que seria o conceito de laicidade. Assim, os professores que trabalham em sala de aulas com temas caros às minorias étnicas, religiosas, sexuais e de gênero, não estariam cumprindo a legislação educacional e garantindo uma educação em direitos humanos, mas ferindo o princípio da laicidade do Estado, como vemos abaixo na fala de Nagib

Isso é muito importante, o princípio da Laicidade do Estado por que muitas vezes é invocado para justificar o uso do sistema de ensino para promover, por exemplo, coisas como a ideologia de gênero. Dizem: O Estado é laico então não venham tentar impedir os professores de transmitir aos alunos esses conceitos. Mas vejam bem, as religiões não são formadas apenas de cultos, de narrativas e ritos. Elas também possuem a sua moralidade. O cristianismo possui a sua moralidade. Não existe cristianismo sem moral cristã. Se o Estado puder usar a sua máquina para promover uma moralidade que seja hostil a moralidade cristã ele estará violando justamente o princípio da laicidade do Estado por que ele estará deixando de ser neutro em relação àquela religião que ele está hostilizando. A moral da religião que ele está hostilizando. Não existe cristianismo sem moral cristã. E os cristãos brasileiros, a imensa maioria deles, é obrigada a mandar os seus filhos pra escola. Se um professor ateu, puder usar, ou militante, ativista, puder se valer da presença obrigatória dos alunos para impor aos alunos uma moralidade contrastante com a moralidade da família, ou com a moralidade cristã, ele estará perseguindo a religião cristã, estará ferindo o preceito da laicidade do estado.<sup>36</sup>

#### 4. Conclusão: o ódio aos professores que formam crianças (des)viadas

Para o MESP, a única autoridade do professor é aquela que garanta a reprodução dos valores familiares. Essa atuação deve ocorrer sempre dentro dos limites pré-estabelecidos pela fronteira família educa/escola instrui. O que resta disso é, de acordo com Nagib, um "professor burocrata"<sup>37</sup> que transmite aos alunos o conteúdo do currículo, aquilo que está escrito e que foi aprovado pelas autoridades competentes. Não lhe cabe dizer aos filhos dos outros o que é certo e o que é errado em

<sup>36</sup> Ibidem.

<sup>37</sup> Disponível em <<https://bit.ly/2rtMODk>>. Acesso em 22 fev. 2018.



matéria de moral". Em outras palavras, "[o] programa Escola Sem Partido propõe, portanto, um projeto de escolarização completamente destituído de qualquer caráter educacional" (PENNA, 2016c, p. 46). A antítese disso seria a figura do "professor doutrinador", que encarna a ideia de subversão da moral que o discurso do MESP busca naturalizar

Por fim, com relação ao problema da... e é um argumento surrado... o de que o aluno não é uma folha em branco. Uma criança de 12 anos de idade sabe perfeitamente como dialogar com o professor, com o professor tarimbado, com o militante, que eles estão ali em pé de igualdade. Bem, é evidentemente como disse o professor (?) um argumento de gente sonsa. Com todo o respeito. E mais, é um argumento que é típico, é típico, dos abusadores, que procuram minimizar a gravidade dos seus atos apelando para a condição pessoal das suas vítimas.

Digo mais, é um argumento típico também dos estupradores que alegam em sua defesa que aquela menina de 12 anos que eles acabaram de violentar não é tão inocente quanto parece. Este é o argumento de que o aluno não é uma folha em branco. Então este argumento precisa ser varrido por um a questão de honestidade intelectual<sup>38</sup>

Para o MESP, o argumento de que alunos não são folhas em branco é inaceitável por duas razões. Primeiro, porque reconhece algum tipo de autonomia e agência dos estudantes em seu processo de formação intelectual. Segundo e principalmente porque, paralelamente a isso, tira da "família tradicional" o seu monopólio sobre seus filhos e filhas. Isso é comparado a um abuso ou, mais extremo ainda, a um estupro, porque a fronteira família/escola que o movimento construiu através de seu discurso e prática não é somente um limite de métodos pedagógicos, mas uma regulamentação sobre como devem funcionar as formas mais amplas de socialização e convívio. O jargão "meus filhos, minhas regras" assume assim um duplo sentido. Ele tanto apela para a noção da família nuclear heteronormativa, quanto se apropria dessa ideia de relações familiares como relações de propriedade. Para o MESP, os filhos são posses dos pais e responsáveis, ou melhor, do pai. Os conservadores deixam claro que tanto as crianças quanto as mulheres devem estar subordinadas ao homem (LOURO, 2014). Se ressentem, dessa forma, pela perda do pátrio poder.

Um elemento constante na retórica de Nagib é que, caso docentes não sigam o que está determinado nos "Deveres do professor", uma lista de restrições à atuação de educadores definida pelo *Programa Escola Sem Partido*,<sup>39</sup> pais e responsáveis teriam o direito de processar professores.

<sup>38</sup> Áudios originais disponíveis em <<https://bit.ly/2I0JnTA>>. Acesso em 22 fev. 2018.

<sup>39</sup> 1 – O Professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias.

2 – O Professor não favorecerá nem prejudicará ou constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.



O embasamento disso seria o Código de Defesa do Consumidor, que Nagib interpreta como mecanismo de controle das relações de ensino-aprendizagem<sup>40</sup>. Como a educação é, neste discurso, uma mercadoria, ela poderia ser consumida da forma que os que contratam esse serviço bem entendem. Tudo que escapa da vontade do cliente pode ser alvo de retratação. O único direito válido é o direito ao consumo. Nesse modelo, o próprio acesso aos direitos é controlado pela mão invisível do mercado. É um discurso híbrido, um conservadorismo liberal<sup>41</sup>. Os que podem reivindicar o direito à educação que eles querem fazem-no porque, da maneira que o acesso a tais direitos foi historicamente construído, só a voz de alguns grupos tem lugar na escola. Quem não faz parte dos setores brancos, cristãos, heteronormativos da sociedade não teriam lugar nessa escola.

A justiça, as leis e as instituições nunca podem ser democratizadas. Elas só servem para conter os desvios. As liberdades individuais se tornam instrumentos para a imposição de vontades específicas sobre tudo e todos. Quando da polêmica do Queermuseu, um dos argumentos do MBL, movimento que protagonizou as condenações à mostra, era que enquanto certas obras expostas representariam a prática de vilipêndio de objeto de culto religioso,<sup>42</sup> outras fariam apologia à pedofilia. É significativo observar a reação do Santander Cultural, instituição que promoveu e cancelou o evento, após a decisão do Ministério Público Federal de descartar as acusações e pedir a reabertura da exposição. Em nota, a instituição declarou "não querer gerar qualquer tipo de desrespeito e discórdia" e, por isso, não faria novas edições do Queermuseu.<sup>43</sup>

A relação custo-benefício do desvio não valeria o esforço de se investir nele. É significativo que uma justificativa desse tipo venha de uma organização ligada à um banco. Uma lógica semelhante parece ser a que o MESP busca transplantar para a escola quando pede que pais processem escolas e professores. O que é visto como pecado e subversão por alguns, se torna

---

3 – O Professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.

4 – Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito da matéria.

5 – O Professor respeitará o direito dos pais dos alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

6 – O Professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula.

<sup>40</sup> NAGIB, Miguel. Liberdade de consciência - Professor não tem direito de 'fazer a cabeça' de aluno. Consultor Jurídico, 3/10/2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2wn9b70>>. Acesso em 22 fev. 2018.

<sup>41</sup> Nos guiamos pelo conceito de conservadorismo-liberal de Bianchi (2015).

<sup>42</sup> "Ultraje de qualquer coisa que serve na comunicação ou reverência do homem com a divindade. Constitui crime contra o sentimento religioso escarnecer publicamente de coisa utilizada no culto religioso". Disponível em: <<https://bit.ly/2FUX299>>. Acesso em 22 fev. 2018.

<sup>43</sup> Disponível em: <<https://glo.bo/2hzRVVd>>. Acesso em 22 fev. 2018.



prejuízo financeiro para outros. O desvio incomoda, pois, ele coloca em xeque os privilégios concedidos, no discurso, pela natureza, e na prática, pelo livre mercado. Por isso os desviantes, os alunos, ou os que supostamente incitam o desvio, os professores e as instituições educacionais e culturais, devem ser punidos. E assim avança o projeto reacionário de educação (CUNHA, 2016) para barrar a laicidade do Estado e a secularização da cultura.

Sabemos que nestes tempos reacionários as vezes é difícil acreditar que a resistência seja possível. Porém, não devemos esquecer que a manutenção dos privilégios também cobra o seu alto preço. Quanto mais conquistas os grupos conservadores conseguem, maiores ficam suas demandas. O monstro de duas cabeças do Escola Sem Partido e o mostro do fundamentalismo religioso nunca se satisfazem; tomaram gosto por impedir e retirar direitos e subjugar minorias e não vão parar sem haja resistência. Lutaremos contra o avanço destas leis e mesmo que elas passem, lutaremos desobedecendo-as. Não voltaremos para a senzala, para o tanque ou para o armário. Formaremos sim crianças (des)viadas. Desviadas das normas de uma sociedade racista, misógina, homofóbica e transfóbica. Criança (desviada), cidadã plena.

---

## Referências

- BIANCHI, Alvaro. 02/11/2015. *Conservadorismo-liberal: uma nova linhagem do pensamento político?* Disponível em: <<http://blogjunho.com.br/conservadorismo-liberal-uma-nova-linhagem-do-pensamento-politico>>. Acesso em 22 fev. 2018.
- COHEN, Stanley. *Folk Devils and Moral Panics: The Creation of the Mods and the Rockers*. Oxford: Basil Blackwell, 1972
- CUNHA, Luiz Antônio. A luta pela ética no ensino fundamental: religiosa ou laica? *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: v. 39, n. 137, p. 401-419. Agosto de 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/2FVGHRp>>. Acesso em 22 fev. 2018.
- CUNHA, Luiz Antônio. *O projeto reacionário de educação*. [S.l.], 2016?. Disponível em: <<http://luizantoniocunha.pro.br/uploads/independente/1-EduReacionaria.pdf>>. Acesso em 22 fev. 2018.
- DERISSO, José Luis. Marxismo e história da família: Resposta aos opositores da chamada “ideologia de gênero” na educação. *Anais do X Seminário Nacional do HISTEDBR – 30 anos do HISTEDBR Contribuições para a história e a historiografia da educação brasileira*. Campinas/SP: Unicamp, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2jF9a5j>>. Acesso em 22 fev. 2018.
- GRIGOLETTO, Evandra. *Sob o rótulo do novo, a presença do velho: análise do funcionamento da repetição e das relações divino/temporal no discurso da Renovação Carismática*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- JUNQUEIRA, Rogério D. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: Ribeiro, Paula R. C.; Magalhães, Joanalira C. (orgs.). *Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade*. Rio Grande, RS, Ed. da FURG, 2017, pp.25-52.





- LOURO, Guacira. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- MIGUEL, Luís Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola Sem Partido e as leis da mordada no parlamento brasileiro. *Direito e Práxis*. Rio de Janeiro, v.7, n.15, 2016.
- MOURA, Fernanda Pereira de. “*ESCOLA SEM PARTIDO*”: Relações entre Estado, Educação e Religião e os impactos no Ensino de História. Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Instituto de História, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2016.
- PENNA, Fernando. O ódio aos professores. In: *Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação* (Org.). A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, p. 93-100, 2016a.
- PENNA, Fernando. *Investigando o Escola Sem Partido*. Palestra com o prof. Dr. Fernando Penna. Movimento Liberdade Para Educar. YouTube®. Série de cinco vídeos, 59 min. no total. [S.l.], 28 jan. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UG5feB3w7wA>>. Acesso em 18 out. 2016b.
- PENNA, Fernando. Programa “Escola Sem Partido”: uma ameaça à educação emancipadora. In: GABRIEL, C. T.; MONTEIRO, A. M. e MARTINS, M. L. B. (org.) *Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016c.
- PENNA, Fernando. O Escola Sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.) *Escola “sem” Partido – Esmife que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.
- SALLES, Diogo da Costa. *As bases do conceito de “doutrinação ideológica” do Movimento Escola Sem Partido na obra de Nelson Lehmann da Silva*. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História – contra os preconceitos: história e democracia. Julho 2017a. Disponível em: <<http://www.snh2017.anpuh.org/site/anais>>. Acesso em 22 fev. 2018.
- SALLES, Diogo da Costa. A concepção pedagógica e o projeto educacional conservador e reacionário do Movimento Escola Sem Partido: uma crítica a partir da função de subjetivação do processo de ensino-aprendizado. *RevistAleph*. Julho 2017b Ano XIV – Número 28
- SILVEIRA, Emerson José Sena da. “Guerra Cultural” Católica: política, espaços públicos e lideranças eclesiais. In: SILVEIRA, Emerson Sena da; MORAES JÚNIOR, Manuel Ribeiro de. *Religião, Política e Espaço Público no Brasil: Discussões Teóricas e investigações empíricas*. São Paulo: Fonte Editorial, 2015.
- SILVA, Renata Aquino. 2016. *A ideologia do Escola Sem Partido*. Disponível em: <<https://professorescontraoescolasempartido.wordpress.com/2016/06/03/a-ideologia-do-escola-sem-partido/>>. Acesso em 22 fev. 2018.

